

ENQUADRAMENTO:

No seguimento da recomendação n.º 1/ 2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, em 2021 surgiram vários diplomas que visam reforçar e implementar um verdadeiro sistema de prevenção da corrupção e infrações conexas.

Assim, o Decreto-Lei n.º 109-E/2021 criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabeleceu o regime geral de prevenção da corrupção que pretendeu reforçar o papel das instituições públicas e privadas numa fase anterior ao cometimento deste crime e de outras infrações conexas.

São ainda de destacar os seguintes diplomas legais:

- Lei nº 79/2021, de 24 de novembro, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/713 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro, que aprova a Lei do Cibercrime, e outros atos legislativos;
- Lei n.º 94/2021 de 21 de dezembro, que aprova medidas previstas na Estratégia Nacional Anticorrupção, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis conexas.

OBJETIVOS:

- Promover a ética pública e o verdadeiro sentido de responsabilidade social e combater a corrupção;
- Compreender a recomendação n.º 1/ 2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção;
- Compreender necessidade de Código de Ética e Gestão Pública;
- Compreender quais são as práticas delituosas criminais e disciplinares no exercício de funções públicas e privadas;
- Compreender a o papel e conteúdo de Carta de ética/ Código de Conduta para promoção da qualidade na gestão pública;
- Analisar e compreender os principais riscos de corrupção e ilícitos conexos;
- Compreender o papel e conteúdo dos Planos de prevenção e gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

METODOLOGIA:

- Exposição e síntese das temáticas;
- Análise dos diplomas legais vigente;
- Análise de situações e casos reais dos participantes;
- Resolução de exercícios e casos práticos;
- Partilha de experiências

DESTINATÁRIOS:

Dirigentes
Técnicos superiores
Trabalhadores de carreiras especiais
Outros profissionais com responsabilidade na área jurídica, auditoria, comunicação, recursos humanos, gestão financeira, contabilidade, atendimento, segurança, riscos operacionais, etc

AVALIAÇÃO:

Avaliação contínua decorrente da participação e da realização de um exercício de validação final.

CERTIFICAÇÃO:

Os participantes que participem em pelo menos 90% da duração da ação de formação e obtenham aproveitamento receberão um Certificado de Formação emitido através do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa – SIGO.

VALOR: 399,00€

DATA E HORÁRIO: 03-10-2022 a 18-10-2022
2ª e 3ª das 09:30 às 13:00

LOCAL: Formação a distância (*live training*)



CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:

1. Introdução e Enquadramento em Portugal –O Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e o Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC)
2. Âmbito de Aplicação do RGPC
3. Programa de Cumprimento Normativo e Responsável pelo Cumprimento Normativo
4. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)
5. Código de Conduta
6. Canais de Denúncia e o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações
7. Formação e Comunicação, Sistema de Avaliação e Responsabilidade do Órgão de Administração ou Dirigente
8. Disposições Aplicáveis a Entidades Públicas
9. Disposições Aplicáveis a Pessoas Coletivas de Direito Privado Abrangidas pelo RGPC
10. Regime Sancionatório

CONDIÇÕES DE ACESSO:

O(A) candidato(a) deverá ler e aceitar as Condições de Participação constantes no Formulário de Inscrição; e deverá facultar os dados e documentos que permitam comprovar a sua identificação para registo e emissão do respetivo Certificado de Formação através plataforma SIGO

A inscrição será considerada definitiva após confirmação por parte do CONPRO.

